

DESIGNAR a Promotora de Justiça ALINE TAVARES MOREIRA para, até 15/6/2011, atuar conjuntamente, com a Promotora de Justiça JOSÉLIA LEONTINA DE BARROS LOPES, no 3º cargo de Promotor de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Marabá, a contar de 1º/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2470/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR os Promotores de Justiça ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO, ISAÍAS MEDEIROS DE OLIVEIRA, NADILSON PORTILHO GOMES E ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO para, atuarem na Ação Cidadania em comemoração aos “66 anos da Justiça Eleitoral do Pará”, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no dia 11/6/2011, nesta Capital.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2476/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 026/2011-MP/PA, de 26/5/2011, protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 20406/2011, em 27/5/2011,

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o Promotor de Justiça ARMANDO BRASIL TEIXEIRA para, como representante do Ministério Público, acompanhar as sessões do Conselho de Justificação, que figura como justificante o Major PM Walber Wolgrand Menezes Marques, podendo adotar medidas que entender pertinentes.

II - TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 2145/2011-MP/PGJ, de 19/5/2011, publicada no D.O.E. de 25/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2478/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade assegurar a continuidade dos serviços nas Promotorias de Justiça de Ananindeua e Benevides.

R E S O L V E:

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO, estabelecidas pela PORTARIA Nº 2423/2011-MP/PGJ, de 8/6/2011, a partir de 9/6/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2482/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

R E S O L V E:

DESIGNAR as Promotoras de Justiça BRENDA MELISSA

FERNANDES LOUREIRO BRAGA e POLYANA BRASIL MACHADO DE SOUZA para, até 30/6/2011 como representantes do Ministério Público, em atuação conjunta, apresentarem manifestação em processos distribuídos ao 2º cargo de Promotor de Justiça de Santa Izabel do Pará, a contar de 6/6/2011, sem prejuízo das respectivas atribuições nos municípios de Santa Izabel do Pará e São Francisco do Pará.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2490/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER à Promotora de Justiça DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS, licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 20/6/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 9 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2491/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER ao Promotor de Justiça EDMILSON BARBOSA LERAY, licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 7/6/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 9 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2492/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER Licença Paternidade ao Promotor de Justiça ALAN PIERRE CHAVES ROCHA, de acordo com o artigo 134, da Lei Complementar nº 057/2006, de 6/7/2006, no período de 31/5 a 9/6/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 9 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2496/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça DULCELINDA LOBATO PANTOJA para responder pelo expediente da Subprocuradoria-Geral de Justiça área Técnico-Administrativa, durante o afastamento do Subprocurador Geral de Justiça, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, no período de 14 a 16/6/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 10 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2500/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 54/2011/ASS/JUR/PGJ, datado de 10/6/2011,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Procurador de Justiça RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA para atuar, como Órgão de Execução da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do art. 29, IX, da Lei nº 8.625/93,

c/c o art. 56, IX, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, nos autos do processo nº 2011.3.004185-3, o qual tramita no Tribunal Pleno e que tem como querelante José Adamiir Arruda da Silva e querelado João Augusto de Oliveira Júnior.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 10 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2501/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 56/2011/ASS/JUR/PGJ, datado de 10/6/2011,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ CLÁUDIO PINHO para, como longa manus da Procuradoria-Geral, atuar nos autos de pedido de arquivamento de Termo Circunstanciado de Ocorrência, Processo nº 0000038-68.2011.814.0601, em trâmite na 1ª Vara do Juizado Especial Criminal do Jurunas, que tem como indiciado Aluizio Amador Lima e vítima O Estado, nos termos do parecer exarado pelo Procurador-Geral de Justiça nos referidos autos, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 10 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2503/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 58/2011/ASS/JUR/PGJ, datado de 10/6/2011,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ CLÁUDIO PINHO para, como longa manus da Procuradoria-Geral, atuar nos autos de pedido de arquivamento de Termo Circunstanciado de Ocorrência, Processo nº 0000027-26.2011.814.0601, em trâmite na 1ª Vara do Juizado Especial Criminal do Jurunas, que tem como autores Márcio Douglas Lima Assayag, Eduardo Hujet de Bacelar e Luiz Alberto Cunha Dias e vítima E.D.P., nos termos do parecer exarado pelo Procurador-Geral de Justiça nos referidos autos, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 10 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2504/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 59/2011/ASS/JUR/PGJ, datado de 10/6/2011,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ CLÁUDIO PINHO para, como longa manus da Procuradoria-Geral, atuar nos autos de pedido de arquivamento de Termo Circunstanciado de Ocorrência, Processo nº 0000049-13.2011.814.0601, em trâmite na 1ª Vara do Juizado Especial Criminal do Jurunas, que tem como autor João Damião Ramalho Furtado e vítima E.D.P., nos termos do parecer exarado pelo Procurador-Geral de Justiça nos referidos autos, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor